

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO CONSTRUÇÃO DA ESPERANÇA NO CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO-RURAL IRMÃ ARAÚJO - CEFURIA

ALVORI AHLERT

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(Unioeste), Cascavel, Paraná, Brasil

RESUMO: O artigo discute a esperança como um conceito/categoria na educação popular desenvolvida pelo Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo – CEFURIA. Com metodologia de pesquisa de cunho bibliográfico, fundamentada em documentos produzidos pelo CEFURIA, especialmente a obra *CEFURIA: 25 anos fazendo história popular*, de Ana Inês Souza. Como referencial teórico utilizou-se as obras de Jürgen Moltmann, Ernst Bloch, Paulo Freire, Alfonso Torres Carrillo, Carlos Rodrigues Brandão e Danilo Streck. A pesquisa evidenciou que a esperança/utopia é um conceito/categoria que perpassa toda a trajetória do CEFURIA e estrutura a busca pela construção de uma grande utopia: a esperança de construção do socialismo, compreendido como uma sociedade justa, fraterna e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Esperança. Utopia. Educação popular. CEFURIA.

INTRODUÇÃO

Este texto discute a esperança como um conceito/categoria em formação popular desenvolvida pelo Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo – CEFURIA. Seu objetivo visa resgatar a questão da esperança/utopia que move pessoas vinculadas ao CEFURIA de Curitiba – PR, em processos de formação popular desenvolvidas em e através deste centro. A pesquisa se fundamenta em documentos produzidos pelo CEFURIA, especialmente a obra *CEFURIA: 25 anos fazendo história popular*, de Ana Inês Souza. Como

referencial teórico, elegemos especialmente as obras de Jürguen Moltmann, Ernst Bloch, Paulo Freire, Alfonso Torres Carrillo e Danilo Streck.

O trabalho divide-se em duas partes. Na primeira procuro fazer uma discussão sobre o tema da esperança para a Educação Popular fundamentada nas reflexões teológicas e pedagógicas enquanto áreas do conhecimento parceiras da formação popular. Busca-se nas obras de Moltmann e de Freire, teologia e pedagogia, respectivamente, as principais concepções sobre a esperança, e um conceito e as origens da Educação Popular.

Na segunda parte do texto vamos refletir sobre a construção da esperança na educação popular a partir de uma investigação sobre um centro de formação popular. Parte-se das origens históricas do CEFURIA - Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo, um centro de Educação Popular (EP), para analisar a categoria esperança presente no seu histórico em documentos e na atualidade por meio de entrevistas e relatórios produzidos a partir das mesmas.

SOBRE O CONCEITO E ORIGENS DA EDUCAÇÃO POPULAR (EP)

A Educação Popular (EP) não pode ser definida facilmente em virtude de suas múltiplas formas de expressão e contextos. Segundo Torres, ela deve ser compreendida a partir de diferentes visões. Em sua obra *La educación popular: trayectoria y actualidad* recorre a vários autores que assim definem a EP:

Entendemos por EP um processo coletivo através do qual os leitores populares chegam a converter-se em sujeito histórico gestor e protagonista de um projeto libertador que encarne seus próprios interesses de classe. (Peresson, Mariño e Cendales, 1993).

A EP é uma prática social que se realiza no mundo popular com a intencionalidade de apoiar a construção do movimento popular a partir das condições objetivas dos setores populares. (Torres, 1986).

A EP é uma modalidade de educação que procura com que os setores sociais toem consciência da realidade e fomentem a organização e a participação popular. (Garcia-Huidobro, 1988).

A EP se define como uma prática social que trabalha, principalmente, no âmbito do conhecimento, com intencionalidade, objetivos políticos, os quais são o de contribuir para uma nova sociedade que responda aos interesses e aspirações dos setores populares. (Osorio, 1991) (TORRES, 2008, p. 13-14).

Trata-se, portanto, de concepções pedagógicas que alimentam diversos tipos de experiências educativas. E ao mesmo tempo se constitui em movimento político que promove ações políticas e sociais a partir de uma determinada concepção e visão de mundo.

Mas, apesar das diferentes visões conceituais, Alfonso Torres evidencia a existência de um conjunto de elementos constitutivos da EP e que forma uma espécie de núcleo comum de uma definição. Por isso é oportuno transcrever estes elementos constitutivos da EP conforme pensados por este autor.

1. Uma leitura crítica da ordem social vigente e um questionamento ao papel integrador que ali tem jogado a educação formal.
2. Uma intencionalidade emancipadora frente à ordem social imperante.
3. Um propósito de contribuir ao fortalecimento dos setores dominados como sujeito histórico, capaz de protagonizar a mudança social.
4. Uma convicção que é possível desde a educação contribuir para a conquista dessa intencionalidade, atuando sobre a subjetividade popular.
5. Um afã por gerar e empregar metodologias educativas dialógicas, participativas e ativas. (TORRES, 2008, p. 14)

Assim, a EP pode ser entendida como uma prática política e pedagógica que nasceu da troca de experiências de pessoas e movimentos sociais que se complementaram, compartilharam e fortaleceram suas práticas educativas. Talvez a definição mais precisa e atualizada de EP seja a de Torres:

Por EP entenderemos um conjunto de práticas sociais e elaborações discursivas no da educação cuja intencionalidade é contribuir para que os diversos segmentos das classes populares se constituam em sujeitos protagonistas de uma transformação da sociedade em função de seus interesses e utopias. (TORRES, 2008, p. 22)

A EP tornou-se um fenômeno social em toda a América Latina na segunda metade do século XX. Conforme Conceição Paludo, surgiu em todos os países da América Latina uma espécie de resistência às históricas invasões europeias (espanhola e portuguesa), constituindo-se um campo popular de organização e participação social e política. Esses campos populares se tornaram movimentos sociais contra-hegemônicos impulsionados por utopias sociais de emancipação e libertação influenciados por diferentes correntes de pensamentos progressistas, de igrejas e movimentos políticos de esquerda.

A formação destes campos, assim como a formação do movimento de Educação Popular, a partir de meados de 1960, sofreu diversas influências,

como a do Concílio Vaticano II; dos documentos de Medellín e da proposta da Teologia da Libertação; do ideário de Paulo Freire; das experiências da Revolução Cubana e da Nicaraguense; dos processos do Chile, do México e de outros em curso no Continente; da teoria do desenvolvimento e da teoria da dependência. Além destes, havia a Revolução Soviética e, posteriormente, a Chinesa e o pensamento marxista que animavam o fortalecimento da sociedade civil latino-americana e, no seu interior, um forte movimento, no sentido da construção da organização popular autônoma, com consciência de classe e imbuída do desejo de construção do “poder popular”. (PALUDO, 2006, p. 46).

Assim, as origens da EP no Brasil estão nas décadas de 50 e 60 quando aconteceram aproximações entre os movimentos sociais e eclesiais com determinados setores da esquerda brasileira e intelectuais orgânicos. São resultados dessa aproximação as escolas radiofônicas criadas pelo MEB (Movimento de Educação de Base); os grupos de alfabetização de adultos; as comunidades eclesiais de base (CEBs); os círculos operários católicos, como a ACO (Ação Católica Operária); os Movimentos de Cultura Popular criados por intelectuais e estudantes de Recife e os Centros Populares de Cultura (CPC) criados pela UNE (União Nacional dos Estudantes); os sindicatos rurais e as ligas camponesas ligadas a organizações políticas de esquerda comunistas e cristãs. Estes organismos e movimentos constituíram o núcleo propulsor do que conhecemos como Educação Popular.

Para Carlos Rodrigues Brandão, a Educação Popular é um saber da comunidade que se origina em contextos históricos que produziram a divisão social do trabalho, tornando-se “a fração do saber daqueles que, presos ao trabalho, existem à margem do poder.” (BRANDÃO, 1984, p. 23) Portanto, uma educação que se vincula às classes historicamente excluídas da educação formal que se organizam conforme suas necessidades, anseios, conflitos, trocas, enfrentamentos e resistências.

Um *saber da comunidade* torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas — imersas ou não em outras práticas sociais —, através das quais o saber das *classes populares* ou das *comunidades sem classes* é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua *educação popular*. (BRANDÃO, 1984, p. 26, grifo do autor).

Para o autor, a EP se destina a seres humanos transformados em classes, com práticas específicas, culturas não oficiais e metodologias que se

constituem no processo da caminhada de comunidades de resistência e luta por vida digna e integral. Para não dizer aqui apenas o já dito e redito sobre as concepções e origens da EP na América Latina de Carlos Rodrigues Brandão, reproduzimos aqui a forma poética com que ele evidencia os significados e significantes da EP no início da década de 1980.

6. O horizonte da educação popular não é O homem educado, é o homem convertido em classe. É o homem popular.

Caçamos borboletas ou nos iludimos com as nossas palavras?

Não há escolas para o povo, companheiro; há escolas do povo ou há escolas do opressor.

Há o MOBREAL e há os grupos locais de lutas populares, em qual dos lados ficamos, professor?

Há os cursos patronais de formação de mão-de-obra, há o Projeto Minerva, os supletivos da TV Globo, os programas inócuos de Educação de Adultos e as mentiras de Desenvolvimento das Comunidades.

Do outro lado há momentos de prática, movimentos, espaços de populares de luta, avanços e recuos, procura de organização, trajetória de trabalho e revisões.

Há grupos, gentes, frentes e agentes populares de luta e cultura.

De um lado as escolas-prisões cheias de flores e recursos didáticos: armadilhas que transformam o homem em massa e o corpo em máquina.

Do outro lado as situações, companheiro, as estruturas, as escolas, os instrumentos e os educadores diretos da classe.

A Cultura da Classe e sua prática são ao mesmo tempo o caminho e a caminhada: o que se faz todo o dia pela conquista da liberdade e o que todo o dia se aprende sobre ela ao fazer o seu gesto e acreditar.

O educador popular não é aí nem o dirigente nem o professor de uma gente de frente que afinal tem os seus próprios criadores de uma nova cultura.

Não há métodos, portanto, nem há sistemas pedagógicos rígidos, porque é cada passo da prática política quem dita as regras possíveis de nossa didática.

À serviço do povo, no meio da luta, a educação popular não é o caminho nem a caminhada mas, ao longo do caminho, é como os sinais da caminhada: mapas, informes, setas, estrelas, recursos de orientação, os sinais que apontam a direção de rumos já encontrados e apenas ajudam quem caminha a não errar a caminhada. (BRANDÃO, 1986, p. 129).

Brandão, no livro *O que é Educação Popular?*, alertava para a não necessidade de definições para a EP, considerando que sua busca e trajetória seria de confronto com a educação estabelecida, para que mantivesse sua condição permanente de “movimento” (BRANDÃO, 1984, p. 73). Entretanto, apontava para três tendências já reconhecíveis na década de 80:

1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc.; 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político — em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta — e constrói o seu próprio conhecimento. (BRANDÃO, 1984, p. 26)

A EP foi fortemente influenciada por valores humanistas e cristãos, pela indignação ética que buscava com suas iniciativas combater a situação de pobreza, pelas inquietações políticas e pedagógicas que ensaiavam práticas educativas ligadas a setores populares e pelas perspectivas libertadoras e revolucionárias de transformação social.

No Brasil, a alfabetização extensionista se assumiu através do Movimento de Educação Básica (MEB), em 1961; nascida por um acordo entre o governo federal do Brasil e a Conferência Episcopal Brasileira, o MEB assumiu um ingrediente humanista cristão e reformista; promoviam uma educação em que as pessoas e as comunidades tomaram consciência das dimensões naturais e sociais da dignidade humana, bem como a necessária transformação estrutural da sociedade através da ação política. (TORRES, 2008, p. 26, tradução nossa).¹

Neste contexto, foram as teorias, as metodologias e os pensamentos tornados experiências por Paulo Freire que deram a EP sua proposta pedagógica. Suas concepções de “Educação para liberdade” e da “Pedagogia do Oprimido” possibilitaram o rompimento com as pedagogias conservadoras e autoritárias na educação. A proposição de Freire de uma concepção de processo educativo baseada no diálogo entre diferentes saberes e de visões de mundo, permitiu ativar as consciências para o compromisso da transformação social e política. Sua pedagogia transformou as ações educativas em processos participativos a partir de suas constatações de que “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1987, p. 69).

No Dicionário Paulo Freire, Freitas afirma que

A utopia é também sinônimo de esperança (ver verbete), sendo esta uma temática que persiste no conjunto de sua escrita. A obra *Pedagogia da esperança*, publicada em 1992, é referência dessa perspectiva utópica. Paulo

Freire aprofunda a compreensão da esperança crítica, considerando que a esperança não é pura espera, nem projeção idealizada; é tanto uma necessidade ontológica quanto uma atitude a ser criticamente desenvolvida. (FREITAS, 2010, p. 413).

Assim, entendo que a questão da esperança/utopia presentes na pedagogia e na teologia constitui-se em importante inspiração para a EP e a possibilidade de um diálogo permanente e esperançoso para se refazer a reflexão, superar as contradições, enfrentar e descobrir novas tensões que a formação popular vem experimentando nas novas conjunturas que o século XXI descortina.

A Pedagogia e a Teologia alimentaram teorias libertadoras para o desenvolvimento de uma educação participativa e emancipadora no seio da EP. “Na época, o Conselho Mundial de Igrejas estava profundamente envolvido com os movimentos de libertação, principalmente nas igrejas e através delas, mas também de organizações que lutavam pela libertação fora do contexto estritamente eclesial, naquilo que se chamava ‘ecumenismo de base’”. (STRECK, 2001, p.33)

OS SENTIDOS DA ESPERANÇA PARA A EDUCAÇÃO POPULAR

Educação Popular (EP), sem sombra de dúvida, é, desde seu nascedouro, movida pela esperança/utopia. Por isso, nessa primeira parte do texto se objetiva discutir a esperança a partir da Teologia e da Pedagogia enquanto áreas do conhecimento parceiras da Educação Popular.

Teologia e Pedagogia têm estreita relação com o advento da Educação Popular. Já a esperança é uma categoria que tem na Teologia seu berço mais significativo. Na Pedagogia a esperança ganhou destaque através de Paulo Freire.

A esperança é para Freire “necessidade ontológica”, um “imperativo excepcional e histórico” (FREIRE, 1992, p.10). A desesperança, por seu turno, é esperança que perdeu o rumo. Cabe, por conseguinte, não uma educação para a esperança. O papel do educador e da educadora é cuidar para que a esperança não se desvie e não se perca, caindo ou na desesperança ou no desespero. Em sendo um imperativo histórico, a esperança se manifesta na prática. Não há esperança na “pura espera”, isto é, na imobilidade e na paralisia. Se a meta é a criação de um amanhã diferente, sua construção tem que ser iniciada hoje. (STRECK, 2010, p. 161).

Substancialmente, na América Latina, a teologia e a pedagogia imprimiram esforços para conhecer a realidade e transformar essa realidade limitante da vida desses povos. Streck (2007) lembra as duas principais obras que inauguraram essa reaproximação. Em 1971 o teólogo peruano Gustavo Gutierrez publicou sua *Teologia da Libertação*, e no ano seguinte o educador Paulo Freire lançou sua obra principal, *a Pedagogia do Oprimido*. Elas se tornaram as principais referências para teólogos e pedagogos socialmente engajados, oportunizando uma interdisciplinaridade entre a teologia e a pedagogia.

Esta virada epistemológica empreendida pela teologia e pela pedagogia na América Latina buscou o resgate da utopia. Tanto na teologia de Gutierrez quanto na pedagogia de Freire, o tema da esperança ganhou importante visibilidade.

Paulo Freire é considerado um dos mais importantes educadores do século XX, com larga e renomada produção científica decorrente do pensar a prática na área da pedagogia, principalmente na discussão sobre a relação teoria e prática da educação crítica. Com sua obra *Pedagogia do Oprimido* impactou a educação latino-americana e mundial por meio de uma ação pedagógica centrada no diálogo. Direcionou sua pedagogia libertadora para o ser humano como sujeito da história e não como um mero objeto. Nela estabeleceu uma identificação com os oprimidos, com aqueles que não têm vez e nem voz, apresentando uma visão de ser humano a partir da qual procura explicar a realidade do mundo estruturado cultural e socialmente de forma alienante e opressora. Fez a crítica à pedagogia dominante fundamentada em uma concepção bancária de educação, na qual o educador é o sujeito da educação e os educandos meros depositários do saber opressor e alienante do mestre. Para Freire, o ser humano é um ser em constante construção, portanto, um ser inacabado, sempre por fazer-se. E é na consciência deste seu inacabamento que o ser humano busca se tornar mais ser humano. Entretanto, esta busca esbarra nos condicionamentos históricos, mas que não significam um destino fatalista, pois a história é sempre dinâmica, passível de câmbios.

Em 1992 Freire retomou sua *Pedagogia do Oprimido* para analisar suas andanças, histórias vividas e sucessivas experiências, bem como os temas provocados pela pedagogia do oprimido feita práxis durante anos de luta no campo teórico, prático, político, pedagógico e social. Desse reencontro com sua obra principal nasceu a *Pedagogia da Esperança*. Logo nas primeiras palavras, Freire investe contra a supressão do sonho e da utopia em educação: “[...] a prática educativa de opção progressista jamais deixará de ser uma aventura desveladora, uma experiência de desocultação da verdade”. (FREIRE, 1998, p.9).

Sua *Pedagogia da Esperança* reivindica a esperança como fundamental para a ação educadora. “A esperança de produzir o objeto é tão fundamental ao operário quão indispensável é a esperança de refazer o mundo na luta dos oprimidos e das oprimidas. Enquanto prática desveladora, gnoseológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica.” (FREIRE, 1998, p.32) Por isso defende a necessidade da formação científica continuada dos trabalhadores em educação para que as práticas democráticas se mantenham e renovem permanentemente. Reafirma a educação centrada no aluno como sujeito de sua aprendizagem, e convoca os educadores progressistas à coerência para com o sonho democrático de uma sociedade liberta, sempre respeitando o ser e o saber dos educandos. “Uma das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é uma esperança que nos move.” (FREIRE, 1998, p.126).

Seus escritos posteriores sempre trarão junto o tema e a importância da esperança, como a que expressa na obra *Pedagogia da Indignação*:

A matriz da esperança é a mesma da educabilidade do ser humano: o inacabamento de seu ser de que se tornou consciente. Seria uma agressiva contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse num permanente processo de esperançosa busca. Este processo é a educação. (FREIRE, 2000, p.114).

Mas Freire nos alerta de que não é a esperança que transforma a realidade. Ela é necessária, mas não suficiente. Sozinha ela não pode vencer. E ao mesmo tempo, sem ela a pessoa fraqueja e desiste. Quantos educadores já não desistiram ou desistem da luta pela transformação da sociedade? Quantos já não se afastaram da Educação Popular ou desacreditaram de suas possibilidades na virada do milênio? Quantos não estão desejando deixar as trilhas diante do desgaste e arrefecimento dos movimentos sociais e da própria Educação Popular?

No campo da teologia, a Teologia da Libertação, em sua obra inaugural, tem na reflexão de Gutierrez o reconhecimento da esperança como fundamental para o processo libertador. O autor aponta para a obra de Ernst Bloch, *O Princípio Esperança*, como um conhecimento que abriu o caminho das possibilidades para pensar a história como um processo revolucionário. Gutierrez afirma: “A esperança surge assim como a chave

da existência humana orientada para o futuro, por meio da transformação do presente. Esta ontologia do que 'ainda não é' é dinâmica e contrasta com a ontologia estática do ser, incapaz de pensar a história." (GUTIERREZ, 1983, p.180).

Em seguida, Gutierrez saúda a obra do teólogo alemão Jürgen Moltmann, *Teologia da Esperança*, afirmando que a mesma "[...] é, sem sombra de dúvida, das mais importantes da teologia contemporânea." (GUTIERREZ, 1983, p.183). A Teologia da Esperança tornou-se instrumento importante para a teologia latino-americana pensar seu papel libertador e seu engajamento revolucionário para a transformação das realidades de opressão e pobreza.

Jürgen Moltmann é um dos principais teólogos do século XX, ainda vivo e reflexivo neste início de século XXI. Ele nasceu em 1926, em Hamburgo, na Alemanha. Foi prisioneiro num campo de concentração na Inglaterra. Estudou teologia, tornando-se pastor da Igreja Luterana. Em 1967 tornou-se professor de teologia sistemática na Universidade de Tübingen. Como professor de teologia e pesquisador tornou-se o criador da *Teologia da Esperança*.

Segundo Moltmann, "[...] por meio da fé, o homem entra no caminho da verdadeira vida, mas somente a esperança o conserva neste caminho". (MOLTMANN, 1971, p. 8). Essa fé nada tem a ver com fuga do mundo, com resignação ou desistência de lutar em favor da vida. A fé apoiada na esperança leva o ser humano a se envolver, a se implicar com a realidade. Pela fé, a esperança luta por uma realidade corporal e terrena, pois crê na revivificação (ressurreição) corporal. Daí que, aquele que possui esta esperança não mais se satisfaz com as leis e as necessidades desta terra. Não se acomoda diante da inevitabilidade da morte, nem aceita que os males que geram outros males sejam vistos como naturais e imutáveis. É uma esperança que não traz quietude, mas inquietude; não traz paciência, mas impaciência; não acalma o coração, mas é o próprio coração inquieto no ser humano. "Quem espera em Cristo não pode mais contentar-se com a realidade dada, mas sofre por causa dela e começa a contradizê-la". (MOLTMANN, 1971, p. 8).

Entretanto, segundo o autor, vive-se uma espécie de desespero da esperança que se configura na silenciosa ausência de sentido, de perspectiva, de futuro, de um ideal. Sobra apenas o *tedium vitae* – o tédio da vida. No século XIX a presunção se evidenciou por meio do idealismo alemão. Decretou-se o fim da esperança, restando apenas o "pensamento claro", sem esperança nenhuma. Como se o pensamento pudesse ser claro sem esperança. Somente a esperança perseverante e segura de si pode produzir força capaz de construir renovação e novos caminhos.

Para Moltmann, a esperança toma a sério as impossibilidades que querem se apresentar em tudo o que é real. Ela permite ver o movimento, a latência, as múltiplas e inacabadas transformações das coisas. “Ela não toma as coisas como na sua estática ou inércia, mas como caminham, se movem e são mutáveis em suas possibilidades.” (MOLTMANN, 1971, p.13). Essa esperança pode significar bem-aventurança para os excluídos e, assim, se constitui em eixo de sustento e condução para cansados, sobrecarregados, marginalizados, atormentados, famintos, desiludidos, depressivos, apontando para uma parusia fora deste presente acabado e pronto. E essa espera restaura a vida certificando que o presente não é um presente contínuo, mas um aberto dialético.

Portanto, uma esperança ativa, que no dizer de Freire não é a esperança da pura espera, permite acionar princípios constitutivos da luta pela libertação e emancipação que estão imersos dialeticamente nas realidades humanas e sociais no contexto das lutas populares, o que justifica a investigação dessa contribuição na Educação Popular através do CEFURIA.

CONSTRUÇÃO DA ESPERANÇA/UTOPIA NO CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO-RURAL IRMÃ ARAÚJO - CEFURIA

Os longos anos de regime militar no Brasil aprofundaram a opressão e a miséria do povo. O modelo de concentração de riquezas pela elite, a repressão contra quem levantasse sua voz contra a opressão, associadas ao modelo de urbanização e concentração de terras, levou a um processo de favelização dos grandes centros urbanos nos quais se concentraram as populações expulsas do campo e as massas populacionais empobrecidas das cidades.

Neste contexto surge o CEFURIA, sigla que identifica o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, como uma organização popular para organizar as lutas populares em defesa da vida, da justiça e da liberdade, e prover formação popular urbana e rural. Ana Inês Souza assim descreve seu nascimento:

O CEFURIA nasceu de um ato de amor à humanidade. Num momento difícil da história do Brasil, um punhado de gente ousou concebê-lo, cuidar de sua gestação, ensiná-lo a dar os primeiros passos e depois, se afastar, vendo de longe (às vezes de perto) sua criatura crescer e se emancipar. Pessoas que, por opção, foram morar na periferia da cidade, no meio dos pobres, ou conviver muito de perto, para juntos, conquistarem a dignidade – Irmã Tereza Araújo;

Frei Felipe, do “mosteiro do encontro”; Padre Michelangelo Ramero; Maria do Carmo e Gilberto Carvalho; Eliane e Lafaiete Neves; Padre Ângelo Perin; Clemente Ganz Lúcio; Amadeu Bonato; Regina e Everlindo Heinklein – e muitas outras pessoas, lideranças locais (como o Orídio Teodoro, o Elias Saad e o Adenival Gomes); agentes pastorais e entidades – CPT, CPO, CEBs – inclusive de outras cidades do Paraná e do estado de Santa Catarina (como ASSESOAR, de Francisco Beltrão e o CDHU de Joinville). (SOUZA, 2006, p.14-15).

A origem do CEFURIA é fruto de novos sujeitos que emergem dos escombros da Modernidade. Um encontro entre uma intelectualidade socialmente comprometida, e militantes cristãos com grupos de excluídos da sociedade que se organizaram para lutar por outras condições de vida, por dignidade, justiça e liberdade. Na sua maioria eram pessoas oriundas das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, inspiradas na Teologia da Libertação. Pessoas que eram lideranças comunitárias, fazendo a “opção preferencial pelos pobres”. (SOUZA, 2006, p.18).

Em assembleias de pré-fundação foram construídos os objetivos do CEFURIA como um Centro de Formação Popular. Quatro grandes áreas deveriam ser atendidas por essa entidade em formação. Uma delas deveria atender a formação bíblico-teológica mediante cursos de releitura bíblica e formação leiga conforme documentos de Puebla. Outra área deveria proporcionar formação sindical para estudar a história do sindicalismo, novas correntes, funções e direitos trabalhistas. Uma terceira área teria a tarefa de proporcionar uma formação político-partidária e a produção de cartilhas políticas para a formação popular. E a quarta forma de atuação deveria cuidar da formação de lideranças do movimento popular, estudando o funcionamento da sociedade capitalista. (SOUZA, 2006, p.38-39).

Oficialmente, o CEFURIA foi fundado na cidade de Curitiba, PR, no ano de 1981. “Nascia, assim, oficialmente, em 01 de agosto de 1981, o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, o CEFURIA, cujo nome foi uma homenagem à Irmã Tereza Araújo [...]” (SOUZA, 2006, p.44), por sua vida dedicada aos pobres da periferia de Curitiba, principalmente na área da saúde, compreendendo-se como uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de fortalecer a organização popular e as lutas do povo por melhores condições de vida.

Na atualidade, o CEFURIA desenvolve diferentes ações por meio de sua Videoteca Popular, Quem TV Produções, Editora Gráfica Popular, Casa do Trabalhador, Centro de Documentação e Biblioteca Popular Mara Vallauri, Lojinha Solidária, Escola de Formação Política Milton Santos e Lorenzo Milani,

Projeto Rede da Vida, Talher Fome Zero, Economia Popular Solidária, Comunicação Popular, Projeto Popular para o Brasil.

A esperança é um tema que perpassa toda a obra de Ana Inês Souza sobre os 25 anos do CEFURIA. Já nas primeiras páginas a autora se refere ao CEFURIA como origem de um projeto que busca a transformação social.

[...] se a origem da luta popular são os problemas concretos vividos pelo povo, seu início ou seu desencadeamento, se dá pela intervenção militante de pessoas que não conseguem conviver com as injustiças sociais. Que, compreendendo suas causas, indignam-se e começam a trabalhar para superá-las. Algumas dessas pessoas o fazem por convicção política; outras movidas pela fé; outras ainda se engajavam na luta popular por ambas as forças – a fé e a política.” (SOUZA, 2006, p. 21).

Tal esperança não permite acomodação diante da injustiça. Não aceita mais que os males que geram outros males sejam vistos como naturais e imutáveis. Por isso, essa esperança provoca inquietude e impaciência, porque não mais aceita uma realidade que contraria a vida plena e abundante e, por isso, se engaja na luta para contradizê-la.

Depois de três anos de intensas atividades, o CEFURIA se encontra diante de sua primeira crise de rumos (SOUZA, 2006, 61), isto é, redefinir sua identidade, suas metas e seus parceiros. E é neste momento de incertezas, de alegrias e tristezas decorrentes de criação e destruição, que o documento, elaborado por Clemente e citado e analisado por Ana Inês Souza (2006, p. 60), chama para o resgate da utopia, da reconstrução da esperança por uma nova sociedade. “Pensar o CF é pensar a transformação numa nova sociedade. Viver o CF é viver a angústia do velho e do novo. Esse se constitui um dos desafios. Mediar a ação do CF a partir da realidade concreta, tendo em vista uma realidade futura, que se constitui hoje na nossa UTOPIA, que quer ser ‘TOPIA.’” (apud SOUZA, 2006, p.64).

Aqui vemos entrar em ação a força da esperança. Diante da crise não se pode esmorecer. A esperança não nega as dificuldades e impossibilidades, mas, ao mesmo tempo, ela arranca as pessoas de sua inércia e as coloca em movimento, pois, como vimos anteriormente (p.11), Moltmann enxerga na esperança a capacidade de enfrentamento de tudo o que se quer estático e inerte. Para ele, a esperança permite enxergar o movimento das coisas e as possibilidades de mudança. Portanto, uma esperança e um pensamento que não são uma utopia no sentido de um “sem lugar”, mas que orientam para aquilo que “ainda não tem lugar” e que pode vir a tê-lo.

Essa utopia de pensar uma nova sociedade significa pensar um projeto político-histórico que “[...] passa pela tomada do poder” (CLEMENTE, apud SOUZA, 2006, p.65) por parte das classes populares, o que é coerente com o que Paulo Freire afirmava numa entrevista a Rosa Maria Torres acerca da educação popular: “[...] a educação popular se delinea como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular.” (TORRES, 1987, p. 73). Tratava-se de uma utopia socialista de construção democrática, como o expressou Freire em sua entrevista em 1985. “Como homem que sonha com a sociedade socialista, não faço nenhuma contraposição entre democracia e revolução socialista. Nenhuma.” (TORRES, 1987, p. 77).

A militância intensiva do CEFURIA, nestes primeiros anos de sua existência, fez as pessoas nele envolvidas a exercerem a esperança na luta pelas eleições diretas em 1984. Esperanças que foram frustradas com “[...] o pacto de conciliação das elites brasileiras com o regime militar” (SOUZA, 2006, p. 84), instaurando a “Nova República” com a eleição de um Presidente civil, mas de forma indireta e sob a tutela das elites.

Mas como nos lembra Bloch,

É preciso justamente que o homem derrotado volte a tentar o lado de fora. Ainda não está decidido o que há de emergir: aquilo que agora é pântano pode ser drenado. Redobrando-se a coragem e o saber, o futuro não virá como fatalidade sobre o ser humano, as o ser humano virá sobre o futuro e ingressará nele com o que é seu. Aqui, o saber, que necessita da coragem, e, sobretudo, da decisão, não pode assumir a forma mais comum do saber habitual, a forma contemplativa, pois o saber meramente contemplativo se refere forçosamente ao que já está concluído e já passou, não tem meio diante de coisas presentes e é cego para o futuro. (BLOCH, 2005, p. 196).

O CEFURIA reafirma sua esperança através de um relatório encaminhado a MISERIOR no início do ano de 1985. Nele se reconhece os limites da nova política, mas ao mesmo tempo se reafirma a esperança na luta por tempos melhores. Aqui é oportuno transcrever as diferentes áreas para as quais se dirige a esperança contida no documento (apud SOUZA, 2006, p. 86-87):

Essa esperança é canalizada na melhoria das condições de vida do povo, na recuperação salarial dos trabalhadores e de programas de emergência para retomar o índice de emprego, bem como para minorar a miséria em que vivem milhares de brasileiros no nordeste e em todo o país.

Na questão sindical, espera-se que a legislação autoritária seja suprimida e promulgada uma nova, em que se tenha direito à greve, à liberdade e autonomia de organização sindical.

Os trabalhadores do campo esperam que seja feita uma autêntica reforma agrária, distribuindo terras para os trabalhadores sem terra, e mais do que isso: que sejam dadas as condições para a produção, escoamento e comercialização do produto.

Os trabalhadores da cidade, moradores dos bairros de periferia, além de esperarem que os municípios tenham mais condições financeiras de gerir seus problemas e que não venham mais com as desculpas de falta de recursos. Que seja aberta verdadeiramente a participação.

No geral, espera-se um novo tipo de relacionamento com os movimentos sociais, em especial as entidades representativas dos trabalhadores, moradores e estudantes. Que o novo governo passe a ouvir e respeitar os movimentos e não a atingi-lo com programada repressão.

Para o CEFURIA é óbvio que não se trata de uma espera de pura espera. Mas uma espera ativa, freireana. Para Freire, a necessidade ontológica da esperança precisa se articular com a prática. Por isso a segunda parte do documento se ocupa com os desafios do CEFURIA para que essas esperanças se tornem concretudes (SOUZA, 2006, p. 88-91). Aqui o CEFURIA reafirma seu compromisso com o movimento popular, com o movimento de mulheres em suas necessidades de creches para seus filhos, com a área sindical no fortalecimento das oposições aos modelos conservadores, com a área urbana em seus desafios de formar o trabalhador. "Esse conjunto de desafios, de esperanças, que está sendo, permanentemente, lançado e colocado em cheque a cada momento." (apud SOUZA, 2006, p. 91).

Surge o ano de 1989 como uma possibilidade de realização da utopia. Depois de 29 anos, o país voltava a eleger seu presidente pelo voto popular. Um torneiro mecânico se agiganta no enfrentamento com o projeto burguês representado por Fernando Collor de Mello. Mas o projeto neoliberal derrotou o projeto popular representado por Lula da Silva.

[...] mais de 66 milhões de eleitores compareceram às urnas. Fernando Collor de Mello saiu vencedor, com 42,75%, enquanto Luiz Inácio da Silva obtinha 37,86%. Quatro milhões de votos separaram um projeto neoliberal e aparentemente modernizante, articulado à nova ordem internacional, de um projeto que propunha uma ruptura negociada com o FMI e a priorização das questões internas, tais como a realização de reformas econômicas e sociais e o combate imediato a pobreza e a miséria." (ALENCAR apud SOUZA, 2006, p. 154).

Mas para o CEFURIA, não foi o fim das utopias. Em meio a crises sociais e políticas que marcaram o governo Collor, levando-o ao “impeachment” em dezembro de 1992, o CEFURIA jamais desistiu da esperança. Através de seu processo de avaliação constante, amadureceu suas ações e reassumiu seu compromisso de “[...] reconstruir a esperança popular destruída com as experiências do governo Collor”. (SOUZA, 2006, p. 207).

A década de 90 foi consumida no embate com o modelo neoliberal. E o CEFURIA seguiu sua linha de construção da esperança em meio aos socialmente organizados e aos excluídos. Em um documento *A caminhada do CEFURIA em 1999*, avaliando os projetos de geração de trabalho e renda, resume-se a luta esperançosa travada pelo CEFURIA ao longo dos anos 90.

A esperança que nunca recua, sempre favorece a emergência de novas utopias”. Essas utopias exigem que, pouco a pouco, sejam traduzidas em projetos. Projetos alternativos. Embalados por nossa utopia, construímos nossos projetos alternativos de geração de trabalho e renda, traduzidos na criação da Gráfica Popular, Videoprodutora Quem TV, Cooperativa de Construção Civil (Cootracon), Cecopam (ex. Cecom) e das Padarias Comunitárias. Nesses projetos depositamos nosso sonho de futuro e valores que defendemos. Neles nos espelhamos. Nosso desafio então é consolidá-los. (apud SOUZA, 2006, p.324).

O início do novo milênio lançou novos desafios ao CEFURIA. O desgaste do modelo neoliberal e o aprofundamento da crise econômica do país fizeram reacender as esperanças de um projeto político popular para o Brasil para as eleições que se aproximavam. Sob o slogan “*Cheiro de Utopia*”, o CEFURIA se lança na campanha pela construção da Consulta Popular. “Fazendo reviver a esperança, recarregando as baterias, buscando caminhos para resgatar a humanidade roubada de nosso povo, trazendo de volta o cheiro de utopia.” (SOUZA, 2006, p. 371). A referida consulta teve como objetivo reunir elementos para a construção do poder popular no Brasil. Significava a construção de mecanismos que permitissem o resgate de valores humanos, de unidade das diversidades, de uma produção fundada no coletivismo (SOUZA, 2006, p. 371). Essas atividades se intensificaram nos anos 2001-2002, quando seu ápice foi a construção de um grande e significativo seminário intitulado “Desencanto e Utopia: Neoliberalismo e Subjetividade” (SOUZA, 2006, p. 376). Um *folder-convite* assim registrou os objetivos deste seminário: “Construir uma aliança entre as pessoas para mudar o mundo (ainda que seja o mais próximo), resgatar a esperança, a utopia, a crença, de que nem tudo

está perdido. Plantar sementes de solidariedade... é o que estamos querendo fazer neste seminário.” (SOUZA, 2006, p. 379).

Finalmente o torneiro mecânico é eleito presidente do Brasil. Através do Presidente Lula, o povo se sente no poder. Com isso, para o CEFURIA começa um período que Ana Inês Souza denomina de “transição da esperança” (2006, p. 388). Um novo planejamento teve que ser realizado, capaz de compreender as expectativas em torno do Governo Lula que iniciava. Era hora de confirmar a realização de tantas esperanças cultivadas por gerações de que, agora, projetos sociais emergissem para atender as principais necessidades do povo e o fortalecimento das organizações populares. Estava se fechando um ciclo de lutas para eleger um presidente do povo. Parte de uma “grande utopia” estava realizada. Anseios populares alimentados durante quatro campanhas eleitorais, finalmente estavam concluídos. O povo elegera seu presidente, seu representante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no acima exposto, podemos afirmar que todos estes períodos representam a construção de uma grande utopia: a esperança de construção do socialismo, compreendido como uma sociedade, justa, fraterna e democrática. E com a eleição de Lula Presidente, iniciava-se essa construção.

Para o CEFURIA isso significou uma redefinição de seus objetivos e metas, o demandou um novo planejamento para apontar rumos mais claros neste novo período. “Assim, chegamos a decisão de chamar o Pastor Fucks, para coordenar o seminário de planejamento e solicitar assessoria do IPUC para apresentar-nos o resultado de uma pesquisa que havia sido realizada para levantar o índice de qualidade de vida dos bairros da cidade.” (SOUZA, 2006, p. 391). Desse planejamento saiu uma redefinição da missão do CEFURIA: “Despertar, animar, organizar, formar, acompanhar lideranças do meio popular, para o exercício da cidadania e a construção de uma nova sociedade”. (SOUZA, 2006, p. 396). O seminário ainda apontou para a necessidade de ajudar na consolidação das comunidades; formação/educação popular permanente; articulação/organização das experiências populares; comunicação; projeto popular para um Brasil que se quer desde as bases populares e uma metodologia popular atualizada.

Já no final de 2003 o CEFURIA, em sua Assembléia Geral, reflete sobre o primeiro ano do novo Governo. E o documento que subsidiou o debate e a avaliação dava as tintas do sentimento das pessoas envolvidas:

[...] significa se mover em meio a sentimentos contraditórios como esperança e desesperança, expectativas e frustrações, sonhos e decepções. Significa buscar paz em meio à guerra, vida em meio à violência, trabalho humanizador em meio ao desemprego ou emprego precário. Significa conviver com a crença ingênua ou mal intencionada de que é possível acabar com a fome de pão e desejos, sem acabar com a fome de ganância e opressão. (apud SOUZA, 2006, p. 414).

Por isso, para a autora, o ano de 2003 tem o “gosto de uma travessia” (2006, p. 418) em termos de esperança. Sabe-se que com o Governo Lula, a esperança não acabou, mas se aprendeu que o tempo do militante das causas sociais e políticas é outro que o tempo do povo em geral.

Com a posse de Lula na presidência do país, o CEFURIA entrou num intenso processo de construção do seu “Plano de Trabalho do CEFURIA” (2006, p. 420). Os frutos desse planejamento foram, “[...] a ‘Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária: História Social do Trabalho’. Desde sua implantação em maio de 2004, já passaram por ela oito turmas de 35-40 pessoas em média.” (SOUZA, 2006, p. 425). Também foram desenvolvidos espaços de ensino e aprendizagem sobre a democracia e a autogestão. Conforme a autora, esses espaços se constituíram como “Coletivo de Animadores de Clubes de Troca e Conselho Gestor das Padarias Comunitárias” (SOUZA, 2006, p. 425), além desses, ainda nasceram a “Rede de Educação Cidadã do Talher” e um grande número de publicações de cunho popular associadas ao apoio de equipes de trabalho como “CEDOC Mara Vallauri; Quem TV Produções, Videoteca e Lojinha Solidária”. (2006, p. 426).

Entretanto, já em junho de 2005 as pessoas ligadas ao CEFURIA sentiram o gosto amargo de sinais de desesperança, quando veio à tona o envolvimento de integrantes do Partido dos Trabalhadores em esquemas de corrupção, lançando temores e desconfianças sobre o projeto de um novo país, mais inclusivo, justo e solidário. (SOUZA, 2006, p. 437).

Ao longo dos últimos anos o CEFURIA seguiu sua trajetória de formação popular para otimizar cada reunião e ações em favor do aprofundamento da democracia junto aos sem vez nem voz. Foram inegáveis os avanços sociais conquistados no Governo Lula, assim resumido por Aloizio Mercadante:

No governo Lula, a definição do social como eixo do desenvolvimento foi decisiva para a bem-sucedida trajetória de crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social, bem como para a rápida recuperação do país diante da crise financeira e econômica internacional. Essa escolha estratégica pautou as decisões que sustentaram a expansão do gasto público,

o estímulo ao crédito popular, a ampliação da rede de políticas sociais e o alargamento das fronteiras da cidadania. Ela possibilitou a incorporação de milhões de brasileiros ao mercado de consumo de massa, a melhoria das condições de vida e trabalho e a expansão dos direitos sociais, situação que se manteve, mesmo no auge da crise global. (MERCADANTE, 2010, p. 109).

Entretanto todos os acontecimentos dos dois governos de Dilma Roussef que sucederam ao governo Lula, dão sinais que a Educação Popular precisa ressignificar-se e, talvez, retomar velhas bandeiras em novos patamares para segurar a utopia da construção do socialismo.

Artigo recebido em: 29/06/2015

Aprovado para publicação em: 23/02/2016

POPULAR EDUCATION AS CONSTRUCTION OF HOPE IN URBAN – RURAL TRAINING CENTRE SISTER ARAÚJO – CEFURIA

ABSTRACT: The article discusses the hope as a concept/category in popular education developed by the Training Centre of Urban-Rural Sister Araújo (CEFURIA). With bibliographic nature of research methodology, based on documents produced by CEFURIA, especially the work “*CEFURIA: 25 years making popular history*”, by Ana Ines Souza. As a theoretical reference it was used the works of Jürgen Moltmann, Ernst Bloch, Paulo Freire, Alfonso Torres Carrillo, Carlos Rodrigues Brandão and Danilo Streck. The research showed that hope/utopia is a concept/category that permeates the entire trajectory of CEFURIA and structure the search for building a great utopia: the socialist construction of hope, understood as a just, fraternal and democratic society.

KEYWORDS: Hope. Utopia. Popular education. CEFURIA.

LA EDUCACIÓN POPULAR COMO CONSTRUCCIÓN DE ESPERANZA EN EL CENTRO DE FORMACIÓN URBANO-RURAL “IRMÃ ARAÚJO – CEFURIA”

RESUMEN: El artículo discute la esperanza como un concepto/categoría en la educación popular desarrollada por el Centro de Formación de Urbano-Rural *Irmã Araújo – CEFURIA*. Fue usada una metodología de investigación de carácter bibliográfico, fundamentada en documentos producidos por el CEFURIA, especialmente la obra “*CEFURIA: 25 anos fazendo história popular*”, de Ana Inés Souza. Como referencia teórica se utilizaron las obras de Jürgen Moltmann, Ernst Bloch, Paulo Freire, Alfonso Torres Carrillo, Carlos Rodrigues Brandão y Danilo Streck. La investigación mostró que

AHLERT, A.

la esperanza/utopía es un concepto/categoría que impregna toda la trayectoria de CEFURIA y estructura la búsqueda de la construcción de una gran utopía: la esperanza de construcción del socialismo, entendido como una sociedad justa, fraterna y democrática.

PALABRAS-CLAVE: Esperanza. Utopía. Educación popular. CEFURIA.

NOTAS

1. Traduzido do original em espanhol.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto; EDUERJ, 2005.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação popular?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRANDÃO, C. R. A cultura do povo e a educação popular: 7 canções de militância pedagógica acompanhadas de enunciados de início e notas ao final. In: BEZERRA, A.; BRANDÃO, C. R. (Org.). *A questão política da Educação Popular*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 122-135, 1986.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- FREITAS, A. L. S. de. Utopia. In: STRECK, D. R., REDIN, Euclides, ZITKOSKI, J. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. ver. amp. Belo Horizonte, Autêntica, 2010, p. 412-413.
- GUTIERREZ, G. *Teologia da libertação: perspectivas*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MERCADANTE, Aloizio. *O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 112 p. (Brasil em debate; v. 4)
- MOLTMANN, J. *Teologia da esperança*. São Paulo: Herder, 1971.
- PALUDO, C. Educação Popular: dialogando com redes latinoamericanas (2000-2003). In: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (Org.). *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, p. 43-61, 2006.
- REPKIN, V. V. Developmental Teaching and Learning Activity. *Journal of Russian & East European Psychology*, v. 41, n. 5, p. 10-33, set./out. 2003.
- SOUZA, A. I. *CEFURIA: 25 anos fazendo história*. Curitiba: CEFURIA: Editora Gráfica Popular, 2006.

STRECK, D. R. Dos saberes *sobre el hacerse humano*: Encuentros y desencuentros entre teología y pedagogía. *Caminos – Revista Cubana de Pensamiento Socioteológico*. La Habana, Cuba. No. 46, p.2-10, oct.-dic., 2007.

STRECK, D. R. Esperança. In: STRECK, Danilo R., REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed., ver. amp. Belo Horizonte, Autêntica, p. 161-162, 2010.

TORRES, A. *La educación popular: trayectoria y actualidad*. Reimpresión, Bogotá, Co: Editorial El Bucho, 2008.

TORRES, R. M. (Org.). *Educação Popular: um encontro com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1987. (Coleção Educação Popular – n. 9)

ALVORI AHLERT: Doutor em Teologia (Área: Religião e Educação) pela Escola Superior de Teologia. É Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Tem experiência na área de Fundamentos da Educação, Filosofia da Educação, com ênfase em Ética, e atua, principalmente, nos seguintes temas: educação, ética, cidadania, educação ambiental, educação luterana, cidadania luterana, educação física, ensino superior e educação, igrejas, educação privada, educação comunitária e associativa.

E-mail: alvoriahkert@hotmail.com
